

PROBLEMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Incumbido da honrosa tarefa de proceder à abertura deste Congresso, cumpre-me, de início, dar as boas-vindas a todos os participantes e dirigir uma palavra especial de apreço àqueles que vieram do exterior para nos falar da experiência de seus países com o tema de que se ocupará este encontro: problemas na administração da Justiça. Doutores Milton Juica Arancibia, Ministro da Corte Suprema de Justiça do Chile, e Kurt Madlener, somos muito gratos por estarem entre nós.

Com fecunda expectativa, entendo ser relevante para o momento histórico que vive o Judiciário brasileiro a participação dos ilustres convidados estrangeiros e, de igual modo, a apresentação que fará o Desembargador Sidnei Beneti sobre “A formação da magistratura no âmbito internacional”, pois tanto a justiça internacional como a nacional, aqui representadas no encalço de soluções conjuntas são reflexos da necessidade, já reconhecida pelo Superior Tribunal, de que as Justiças de todas as nações estreitem seu relacionamento. Folgo em nos ver nesta posição, uma vez que, se a Justiça irmana a todos, ela também irmana os povos.

A propósito, tive oportunidade de dizer, na VII reunião da Cúpula Ibero-americana dos Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Supremos de Justiça, realizada há poucos dias no México, que o entendimento entre os tribunais estrangeiros e a cooperação daí resultante tornaram-se urgentes em face da crescente interação que

* Palavras proferidas na abertura do 3º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, Brasília, 5.12.2002.



ultrapassa hoje todas as fronteiras - países, pessoas, famílias e, também, como triste sinal dos tempos, organizações criminosas.

Naquela ocasião, ficou manifesta a preocupação dos demais Poderes Judiciários ibero-americanos, a qual, diria eu, repercute em diversas questões que serão abordadas neste Congresso: seleção de juízes, sua formação e capacitação, criação de escolas da magistratura, métodos de aperfeiçoamento e agilização da Justiça, etc. Ora, não são esses assuntos todos matérias em que o Judiciário brasileiro tem algo a oferecer a seus congêneres e a deles receber? Sim, com certeza o são e preconizam, por isso, a parceria entre os poderes.

A par dessa discussão, desponta a também imperiosa necessidade de renovar o debate sobre a reforma do Judiciário. Não preciso dizer-lhes o que o Congresso Nacional fará, ainda antes do fim deste ano, a respeito desse projeto. O tempo é escasso, sabemos, mas a aprovação, mesmo se restrita àqueles pontos sobre os quais não houve divergências durante as discussões na Câmara e no Senado, já representaria uma melhora – menos que ideal, todavia ainda assim bem-vinda – porquanto permitiria aos tribunais brasileiros desempenhar, de modo mais racional, sua missão, tornando-se, dessa forma, mais prestantes aos que os buscam em defesa de seus interesses.

Enquanto aguarda a tão sonhada reforma, o Superior Tribunal tem tomado medidas que objetivam facilitar o trabalho dos advogados, a saber, que permitem comunicação mais rápida entre tribunal e partes, entre o Superior e o Supremo Tribunal Federal; medidas, em suma, que agilizam e barateiam, por meio da informática, a prestação jurisdicional. Aliás, esse foi um dos assuntos tratados na VII Cúpula Ibero-americana, o qual diz respeito à divulgação das atividades do Poder Judiciário. Ali se prescreveu uma Justiça moderna, transparente e inteligível, ágil e tecnologicamente avançada, uma Justiça, ao que cuido, como a que temos buscado exercer e fazer cumprir no Brasil.

Reconheço que, às vezes, o público julga nossas atividades arcanas ou obscuras, e é por tal motivo que considero meritória a iniciativa da criação da TV-Justiça, cujas transmissões permitem aos cidadãos acompanhar diretamente o processo judicante, tirando-lhe o mistério sem roubar-lhe a aura de solene seriedade de que se deve revestir. Concordo, porém, que é necessário fazer-se mais para melhorar a comunicação entre o Judiciário e o povo, pelo que o tema "A Divulgação das Atividades do Poder Judiciário" deverá merecer nossa mais cuidadosa atenção.

Não poderia deixar de fazer menção, ainda, ao papel social do Judiciário. Estou convencido de que é dever dos juízes não se colocar na contramão da história; é dever, sim, ser dela sujeito e não objeto. O Superior, através de suas decisões, tem reconhecido que democracia, governo pela maioria, não é sinônimo de ignorância dos direitos das minorias, por isso tem-se pautado pela proteção das liberdades e dos interesses das classes minoritárias.

É válido ressaltar, nesse quadro, que a capacitação de juízes e servidores merece atenção especial em face da crescente demanda dos tribunais, da diversidade de temas novos com que o julgador precisa lidar e da rapidez com que esses temas evoluem. A existência da internet e os resultados das pesquisas em engenharia genética, para citar apenas dois exemplos, colocam, ante os juízes, problemas inéditos para os quais, muitas vezes, o legislador ainda não forneceu orientação precisa. Fundamentais, em razão disso, a inteligência, a criatividade e a compreensão do desenvolvimento corrente, além do indispensável preparo jurídico, ponto em que as escolas da magistratura têm importante papel a desempenhar.

Senhoras e senhores, ao falar sobre questões tais, manifesto minhas esperanças acerca de conquistas maiores na administração da Justiça, razão por que lhes desejo sucesso e frutíferos resultados em suas

deliberações. Declaro, portanto, aberto o 3º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça.